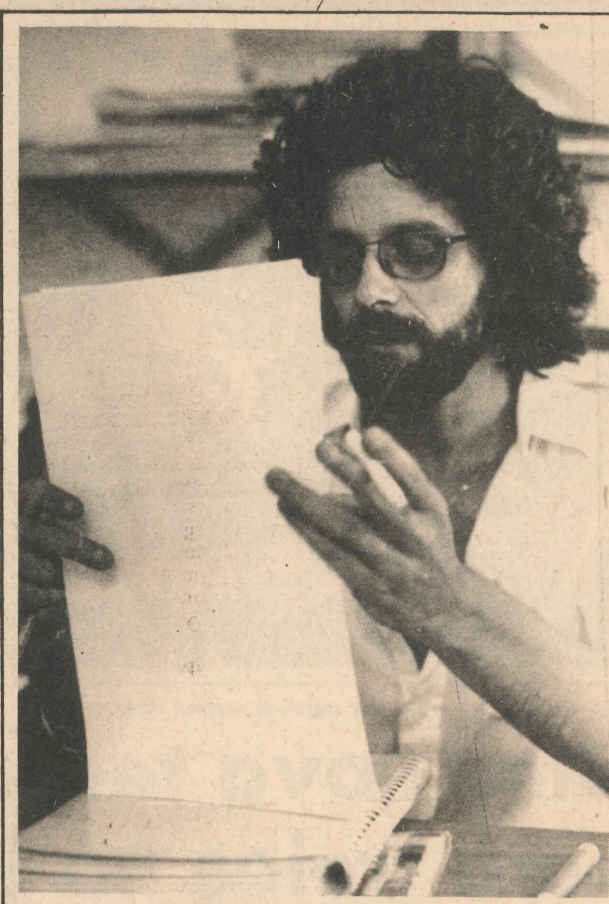


Caldas Brito: ordenamento cauteloso



Frizzera: os arquitetos apoiam, mas querem debates

Entidades de classe pedem participação no PDU

Várias entidades classistas do Espírito Santo irão encaminhar esta semana um documento conjunto à Câmara Municipal de Vitória solicitando a sua participação nos debates sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) de Vitória. A informação é do economista Antônio Caldas Brito, da Associação dos Economistas do Espírito Santo.

Segundo afirmou Caldas Brito, o ofício à Câmara Municipal de Vitória será firmado por várias entidades, todas empenhadas em discutir mais profundamente o documento. "Pede-se que a discussão seja aberta. Acreditamos que houve erro no projeto, pois antes de ser enviado à Câmara ele devia ser debatido, o que não ocorreu", disse o economista.

Os economistas realizaram uma reunião para discutir o PDU e uma posição inicialmente firmada é a de que deve-se encaminhar aos vereadores a solicitação de que eles não rejeitem imediatamente, e nem apoiem com igual pressa, o projeto do PDU. Caldas Brito é de opinião que o ordenamento urbano é uma necessidade, embora ache necessária cautela com relação ao atual projeto.

ADVOGADOS

Uma outra entidade que irá se posicionar com relação ao PDU é o Instituto dos Advogados do Espírito Santo. O presidente do órgão, Odilon Borges, disse que a diretoria do Instituto se posicionará sobre o projeto e que já na próxima semana dirá o que pensa sobre ele. "É assunto de toda comunidade, e tanto preocupa os advogados que iremos somar nossa opinião a de outros setores".

De fato, vários outros órgãos classistas se reuniram na quarta-feira passada e um ponto defendido por todos é exatamente a ampliação dos debates, passando aos técnicos de várias áreas os encargos de opinar objetivamente, ajudando os vereadores na tarefa de decidir por ocasião da discussão final do assunto.

ARQUITETOS

Os arquitetos, segundo o presidente do órgão de classe, Kleber Frizzera, entendem que o encaminhamento do PDU

para a Câmara "poderá ser uma conquista para o órgão legislativo municipal de Vitória, pois o prefeito simplesmente tem poder para promulgar lei neste sentido, sem ouvir o Legislativo".

— A conquista estará exatamente no aproveitamento desta oportunidade do Legislativo retomar sua autonomia. E como afirmou Kleber Frizzera, o aperfeiçoamento do projeto será possível se houver uma abertura no sentido de que ele seja amplamente debatido. O órgão classista, de larga representatividade por se ligar diretamente ao problema do bem estar da coletividade, foi encarregado de solicitar, em nome de outros órgãos, que os vereadores aceitem o debate amplo do PDU.

Analisando o encaminhamento do projeto, Kleber Frizzera disse que "existe lei municipal, a de número 2.306/74, pela qual a Câmara abdicou de legislar com relação às questões colocadas no PDU. Por esta lei, o prefeito poderia simplesmente promulgar o projeto, sem sequer ouvir a Câmara, enfatizou.

O arquiteto afirma não entender como o então prefeito Crisogono Teixeira da Cruz conseguiu que a Câmara transferisse ao Executivo uma prerrogativa sua. "O que está sendo feito, na realidade, é a devolução por parte do prefeito da autonomia à Câmara." Frizzera lembra que "aparentemente isto ainda não ficou claro para a edilidade, a quem agora os órgãos dos profissionais de várias categorias oferecem apoio técnico na área de consultoria."

QUESTÕES

Frizzera, juntamente com vários dos profissionais da área afirmam que "a lei não está roubando poder dos vereadores. O Conselho Municipal do Plano Diretor é até um impedimento para o prefeito, que

como poder único em suas mãos fica com a interpretação da lei".

E continua o arquiteto: "A legislação sobre a ocupação do solo em vigor é uma salada, tudo casuisticamente feito. A primeira lei neste sentido é de 1954 e sofreu várias alterações. O PDU é o primeiro projeto global de ordenamento urbano", salientou.

Existe um detalhe significativo: além do PDU do Município de Vitória, há projetos em estudos visando a Serra e Vila Velha, que serão concluídos este ano. E num futuro próximo, Cariacica também terá o seu projeto de ordenamento urbano. "Este é um ponto a favor do Plano, por querer dar uma análise global a toda a área metropolitana de Vitória".

APOIO

— Hoje o IAB é a favor do projeto PDU pois é um avanço. Primeiro por começar a colocar em questão a distribuição do produto urbano, como infra-estrutura, equipamentos e propor a racionalização desta distribuição, inclusive dentro da ótica dos investimentos públicos. Isto permitirá que os projetos sejam voltados para as áreas mais carentes — diz Kleber Frizzera.

Ele exemplifica: a capacidade do rio Jucu, fonte de abastecimento de água para toda a área metropolitana, dá para atender a 1.200 mil habitantes. Esta distribuição tem de ser feita de maneira justa, para que todos recebam o abastecimento dentro de suas necessidades. Ocorre que interesses comerciais obrigam a Cesan a levar água em quantidades superiores a sua programação para determinada região, onerando os serviços. E cabe questionar ainda porque a bacia do rio Santa Maria ficou restrita ao atendimento da Companhia Siderúrgica de Tubarão quando a população de Vitória, a médio prazo, será superior à ca-

pacidade de abastecimento do Rio Jucu. Estas questões tem de ser levantadas no PDU, disse o arquiteto.

Mas, segundo Kleber Frizzera, existem outras vantagens: "todo produto da cidade, como os prédios históricos que ultrapassam o sentido privado, passam a ser de utilização coletiva. Exemplo deste produto da cidade é também a paisagem natural. Em função destes dois objetivos o IAB apóia o projeto, embora defendendo o seu amplo debate", diz o arquiteto.

REESTUDO

Por seu lado, o vereador Elcio Teixeira de Almeida (MDB) fez indicação à presidência do órgão no sentido de que o PDU seja reestudado. Isto poderá representar a solução do problema desde que o reestudo, se definido, sejam ouvidas as entidades classistas preocupadas com o projeto de ordenamento urbano.

O vereador do MDB se baseou para fazer a indicação em várias considerações como as críticas diariamente feitas ao projeto, principalmente a falta de diálogo quando da elaboração do projeto, feito por técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves que não ouviram a comunidade, as associações de classe e demais interessados.

— A matéria se tornou complexa por via do tratamento primário dado pelos autores, o que por si só dá margem para emendas das mais variadas formas ao projeto, o que o modificará — disse ainda o vereador. Se aceita a indicação, o projeto retornará ao Executivo, para reestudo do projeto no âmbito municipal, nos seguintes órgãos: Procuradoria, Departamento de Engenharia, Secretaria Municipal da Fazenda, com a participação dos meios de comunicação, o povo em geral e associações que desejarem opinar para apresentar sugestões.

Secretário quer dar esclarecimentos

“Recusar o Plano Diretor Urbano é recusar o orçamento do crescimento urbano de Vitória”. Ao fazer essa afirmativa, o secretário de Obras, da Prefeitura Municipal de Vitória, Laerce Machado, procurou mostrar sua opinião sobre as críticas que tem sido feitas ao trabalho da Fundação Jones Santos Neves. As observações dos vereadores sobre o PDU carecem de esclarecimento, e isso lhe será dado em melhor ocasião por mim próprio”, disse Laerce Machado.

O secretário tomou conhecimento da posição da Câmara Municipal através da Imprensa e acredita que o pouco tempo que os vereadores dispuseram para examinar o trabalho justifica a falta de esclarecimentos sobre o mesmo. Segundo Laerce, diariamente, os vereadores o têm procurado para conhecer melhor sobre o que o PDU disciplina.

— Eu louvo a atitude dos vereadores em procurar clarear o assunto, uma vez que a sua responsabilidade é enorme. Logo que puder, tentarei mostrar a eles o que é o PDU. Eu me sinto constrangido em pensar que algumas pessoas possam entender o Plano como algum mal para Vitória. Porém, se realmente, o PDU puder acarretar efeitos desastrosos sobre a cidade, espero que os responsáveis tomem imediatamente uma atitude concreta. Frisou Laerce Machado.

PONTOS COMBATIDOS

Os vereadores que têm responsabilidade direta na aprovação do Plano Diretor Urbano, em suas recentes declarações confessaram-se preocupados com a formação de um Conselho Municipal do PDU que poderia vir a reprimir o poder de decisão do prefeito

Porém, segundo Laerce Machado, este Conselho um órgão de assessoramento, não tendo direitos excepcionais sobre o Executivo.

A lei 2 331 — que revoga a lei 2 306, cujos artigos 2 e 3 dão poderes ao Executivo para alterar as zonas de uso e os usos conformes, permissíveis e proibidos — dá poder de decisão ao prefeito de alteração por decreto as zonas de uso e os usos toleráveis, permissíveis e proibidos.

— Os vereadores devem estar cientes de que o prefeito através destas leis, pode revogar por decreto qualquer projeto que considere prejudicial a população. E por isto, o Conselho vai apenas sugerir propostas ao prefeito, sem influir diretamente sobre as decisões, sem poder de veto e o prefeito será ouvido pelo Conselho — acentuou Laerce Machado.

Os vereadores também se posicionaram contra a proposta do Plano Diretor Urbano de esclarecer a quota de 50 metros com máxima para as construções. Sobre isto, Laerce faz uma ressalva lembrando que o Código de Obras da própria Prefeitura já faz esta determinação — que não é respeitada pois os morros de Vitória estão sendo constantemente inva-

dados por famílias pobres que erguem seus barracos acima desta altura.

— A legislação vigente já proíbe a ocupação acima da quota de 50 metros. O PDU não está inovando, e sim repetindo. Nós esclareceremos aos vereadores após tomar conhecimento mais profundo do consenso dos mesmos através dos jornais — acrescentou Laerce Machado.

EMPRESTIMO

O secretário de Obras informou ontem que houve “carência de informação no processo de encaminhamento na Câmara” no que diz respeito aos custos das obras de urbanização de seis bairros de Vitória. “A Câmara Municipal colocou como recursos necessários a esses serviços cerca de Cr\$ 402 milhões, que na realidade não chegam a 200”, explicou.

— O fato já foi devidamente esclarecido e o processo modificado com a retirada do expediente pelo prefeito. Novamente será enviado outro com os valores correspondentes — disse Laerce Machado.

Os bairros a serem beneficiados com o projeto são, Maria Ortiz, São Pedro, Joana D'Arc, Itararé, Andorinhas e Monte Belo. O primeiro a ser tendido pela Prefeitura será o São Pedro que, atualmente, é cupado por mais de 3 500 pessoas. A PMV está tendo con-

tatos com o Serviço de Patrimônio da União para legitimar os moradores deste bairro — eles são invasores de terrenos de Marinha.

— O projeto não entra em detalhes sobre quais ruas terão serviços de pavimentação, drenagem, iluminação e água. A mensagem a ser enviada para a Câmara aborda os bairros e os valores totais. Nós ainda não temos o projeto de engenharia concluído — disse Laerce.

OBRAS DE CAMBURI

A Prefeitura Municipal de Vitória está executando serviços na avenida Dante Michelini desde a semana passada, com o objetivo de solucionar provisoriamente os problemas surgidos com a erosão da estrutura desta via.

Esta obra, denominada emergencial pelo secretário, consiste em restauração da pista, preenchimento das fendas abertas e proteção das mesmas com pedras pequenas, além da proteção com o enrocamento com pedras de duas toneladas.

O trecho em reparos é de 250 metros em grande parte da extensão da praia. O custo é de Cr\$ 2 milhões e a obra será concluída num prazo de 30 dias. “Esta medida é emergencial, pois nós estamos aguardando projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Hidráulicas para se adotar uma solução definitiva”, acrescentou Laerce Machado.